

**III Congresso Internacional e V Nacional Nacional Africanidades e
Brasilidades em Educação 23, 24 e 25 de novembro de 2020
Universidade Federal do Espírito Santo. GT1 Africanidades e
Brasilidades em Literaturas e Linguística**

O REPERTÓRIO LEXICAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PERNAMBUCO: AFRICANISMOS PRESERVADOS OU INOVAÇÃO LINGUÍSTICA?

Edmilson José de Sá (CESA)¹

Resumo

A proposta deste trabalho advém da análise do corpus coletado para a construção do Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó-Ipanema de Pernambuco (ALQUIMIPE), de modo a refletir como o léxico das comunidades investigadas se localiza dentro de um continuum de variedades do português brasileiro registradas como português afro-brasileiro e português indígena, justificadas tanto por laços de parentesco como por auto-atribuição, e de variedades 'híbridas' que apresentam denominações do latim, do português moderno e influenciadas pelo ambiente ecolinguístico da comunidade.

Palavras-chave: Léxico; Comunidades Quilombolas; Pernambuco; Africanismos.

1 Introdução

Estudos acerca da linguagem falada por quilombolas ainda são escassos no Brasil e, quando existem, são descritos à luz da Sociolinguística Variacionista, responsável por explicar fenômenos de variação da língua com base em fatores

¹ Doutor em Letras (UFPB) e Pós-doutor em Letras (UFPA), com foco em Estudos dialetais em comunidades tradicionais. Professor de Língua e Literatura no Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA), em Pernambuco, edjm70@gmail.com

eminentemente sociais como sexo, faixa etária, escolaridade, respaldando-se nas perspectivas teórico-metodológicas apregoadas por Labov (1972; 1984).

Contudo, a variação pode ser trabalhada também sob a égide da Dialetoologia e da Geolinguística, em cujos documentos são inseridos os fenômenos em cartas linguísticas das comunidades investigadas conforme a localização onde foram mais proeminentes, não eximindo da possibilidade de interpretá-las sociolinguisticamente, como tem ocorrido em atlas linguísticos propostos por Thun e Elizaincín (2000) e uma metodologia amplamente discutida por Margotti (2004; 2008). Assim, o pioneirismo de Pires (2017) em construir o *Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará (AGQUINPA)* como tese de Doutorado sob a orientação da professora Marilúcia Oliveira (UFPA) e as análises de alguns fenômenos encontrados em artigos já publicados foram as inspirações para que a construção de um trabalho de mesma tipologia fosse alvitado.

Nesse sentido, este artigo visa à apresentação de variedades lexicais para itens referentes aos aspectos culturais dos quilombos, usando o *corpus* registrado no primeiro atlas linguístico quilombola do Estado de Pernambuco, abrangendo cinco comunidades pertencentes a municípios do Sertão do Moxotó e do Vale do Ipanema, quais sejam: *Águas Belas, Buíque, Custódia, Sertânia e Inajá*. Para o momento, serão verificadas as denominações para três objetos típicos da cultura afro: *chicote, caxixi e xererê*.

Pretende-se, então, traçar um perfil sobre a vinda dos africanos a Pernambuco no período da escravidão e a constituição de suas comunidades quilombolas remanescentes; apresentar os trabalhos sobre o português falado no Estado segundo as contribuições étnicas desses povos, divulgar a metodologia para documentação dos fenômenos lexicais e fonéticos e apresentar a análise das variedades lexicais a fim de perceber o que sinaliza a manutenção da cultura africana no Estado e o que contribui para sua hibridização.

2 Imagens africanas nas origens do estado de Pernambuco

É senso comum afirmar que grande parte da população nordestina é formada por descendentes de africanos e, no caso de Pernambuco, esses povos

eram capturados em suas terras de origem e trazidos para o Estado pelos portugueses para trabalhar como escravos nos canaviais, nos engenhos de açúcar, nos campos de criação de gado e nas casas dos senhores das terras e dos engenhos (TEIXEIRA; CHIANCA, 2012, p. 18) e o número de escravos aumentava consideravelmente graças ao crescimento dos canaviais.

Tal previsão fora constatada quase dois séculos depois segundo número apontado por Goulart (1975, p. 269) na vinda de escravos desse país no início do século XIX em comparação com número levado ao Pará e ao Maranhão.

Contudo, Miller (1975, p. 138) sugere a vinda de escravos de outros países africanos, ao dizer que “evidências indiretas sugerem que vários mil escravos de Benguela podem ter ido para Pernambuco entre 1817 e 1825, um período das importações de Pernambuco, que são inteiramente desconhecidas” (tradução nossa)², além de serem também provenientes de Luanda e do Sudão.

Após chegarem ao Estado, a despeito da ‘recepção’ a que eram destinados em todas as regiões brasileiras, os senhores de engenho e feitores submetiam os escravos a um regime tirânico, sendo colocados em senzalas e postos ao trabalho de sol a sol, com ferrenha repreensão e castigos corporais quando desobedeciam, a exemplo do que João Fernandes Vieira fazia na época da Restauração Pernambucana (MELLO, 1953).

Na visão de Sette e Andrade (1959, p. 66), isso não constituía um problema naquela época, a julgar pelo fato de Pernambuco ter representado um grande importador de escravos principalmente bantos.

Os sudaneses escravizados em Pernambuco se dedicavam a atividades agropastoris nos currais sertanejos para onde foram conduzidos por levadas de vaqueiros, quase todos vindos da Bahia, procurando fugir à pressão dos canaviais do Recôncavo e seguindo pelas margens do Rio Francisco. Entre os cafuzos sertanejos, notam-se vestígios desses escravos sudaneses de procedência baiana.

As influências étnicas e culturais dos negros na formação do povo pernambucano são muito evidentes em traços de cor – morena ou parda; de

² Indirect evidence suggests that several thousand Benguela slaves may have gone to Pernambuco between 1817 and 1825, a period in which Pernambuco's imports are entirely unknown.

constituição anatômica – cabelo muito crespo, feições fortes dos lábios volumosos e narizes achatados; e na riqueza do vocabulário (SETTE; ANDRADE, 1959, p. 67).

A luta contra a escravidão brotou *a priori* por intermédio da pregação da abolição independentemente de ter havido ressarcimento, realizada pelos brancos no século XIX, mas também a partir da fuga dos negros no século XVI para locais pouco acessíveis, o que favorecia a resistência à tirania de seus opressores. No primeiro momento, houve em Pernambuco o *Quilombo dos Palmares*, em que houve a fuga de escravos bantos, mulatos e crioulos do cativo e existiu de aproximadamente 1630 a 1697, sendo que, nos primeiros quatorze anos, havia o *Palmares holandês* destruído por Bareo, nos seis anos seguintes, existiu o *Palmares da restauração* e os quarenta anos finais foram a essência do *Palmares terminal*, conforme encontrado em Rodrigues (1945, 128-131).

Em anos concomitantes e subsequentes, outros quilombos de menor porte foram marcados em territórios pernambucanos e, hoje em dia, eles são conhecidos por ‘comunidades negras tradicionais’, ‘mocambos’, ‘comunidades regras rurais’ ou ‘terras de pretos’ (BENJAMIN, 2011, p. 27) e mantêm tradições e tecnologias que seus antepassados trouxeram da África vistas na agricultura, medicina, religião, mineração, técnicas de arquitetura e construção, artesanato e fabricação de utensílios de cerâmica e palha, na relação sagrada com a terra, na culinária, na importância da vida comunitária e, obviamente, na linguagem, ou seja,

[...] o uso comum da terra e uma referência territorial coletiva são marcas fundamentais de sua caracterização quilombola, desde o passado até os dias atuais. Assim, reinventaram pequenas Áfricas em solo americano, preservando e passando adiante as suas tradições. (SOUZA, 2012, p. 75)

A *Federação Cultural de Palmares* é o órgão federal responsável pela identificação, reconhecimento e titulação – juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) das comunidades quilombolas que se reconhecem como herdeiras de quilombos históricos.

3 O corpus de pesquisa

Não se tem notícia de algum trabalho geolinguístico envolvendo a fala dos quilombolas de Pernambuco, o que torna pioneiro o registro de dados nessa perspectiva metodológica.

Trata-se de um atlas de pequeno domínio, abrangendo comunidades das mesorregiões do Moxotó e do Ipanema do Estado, nomeado de *Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó - Ipanema de Pernambuco (ALQUIMPE)* (SÁ, 2018), cuja proposta metodológica segue os seguintes parâmetros: dois informantes homens de 18 a 30 anos e 50 a 65 anos e duas mulheres com mesmo perfil etário localizados nos Quilombos Buenos Aires, Poço Dantas e Urubu no Moxotó; Angico e Mundo no Ipanema, com escolaridade até 5º ano do ensino fundamental – anos iniciais, poucas ausências da comunidade e nenhum problema articulatório.

Por se tratar de um trabalho de natureza dialetal, a metodologia usada pertence à Geografia Linguística ou Geolinguística referendada por Ferreira e Cardoso (1994), Thun e Elizaincín (2000) e Cardoso et al. (2014), em que as variedades linguísticas são distribuídas em mapas, constituindo, assim, cartas linguísticas.

Aos informantes foram aplicadas as perguntas do Questionário Fonético-Fonológico (QFF) e do Questionário Semântico-Lexical (QSL) utilizadas nos inquéritos do *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)* (CARDOSO et al., 2014) e em outros trabalhos de mesma natureza, alterando o campo semântico ‘vida urbana’ para ‘vida no quilombo’ e acrescentando ‘aspectos culturais do quilombo’.

Em termos mais específicos, foram acrescentadas questões sugeridas em Mendonça, (1973), Pereira da Costa (1957) e Lopes (2012), que tratam da cultura eminentemente africana, totalizando 421 itens.

Do campo semântico ‘aspectos culturais do quilombo’, foram analisadas variantes para os três itens lexicais chicote, caxixi e xererê. O primeiro item, conforme encontrado em Marcena (2011, p. 292), se refere a “um instrumento de couro que serve para bater em animais”. O segundo item se refere a “uma cestinha fechada e com sementes, usada no jogo de capoeira, na Bahia, e também no candomblé”, como registrado em Cascudo (1954, p. 168). O terceiro item trata do *xererê*, que se refere a um instrumento musical, conforme

encontrado em Pinto (1971, p. 246), decorrente de um vocábulo onomatopaico para se referir a ‘uma vasilha de cobre cheia de calhaus, semelhante a um chocalho’ e também possui as variantes *xereré* e *xequerê*. Contudo, *xequerê* parece se referir a um instrumento diferente.

A seguir, será apresentada a análise diatópica e diastrática das variantes lexicais para os três instrumentos e uma análise linguística no intuito de se perceber se as denominações registradas nos quilombos investigados conservam os laços etimológicos que caracterizem a cultura africana inerente a esses povos.

4 Em busca de marcas dialetais de origem africana

A obtenção das denominações para chocalho surgiu por meio da inquirição da pergunta do QSLA³ 268 que visava à resposta para o ‘instrumento de castigo com o qual costumam bater, dar surras’:

As variantes registradas foram *chibata*, *chicote*, *cipó* e *relho*, sendo que os dois primeiros itens foram mais acentuados. Enquanto *chibata* foi marca dialetal dos pontos 1 (Poço Dantas) e 5 (Buenos Aires), no 3 (Mundo Novo), o item foi registrado apenas na fala da mulher mais jovem. Trata-se de um espanholismo, que advém de chivo (bode). A referência parte da ideia da vara usada para tanger rebanhos de bodes e cabras. *Chicote*, por sua vez, foi mais representativo nos pontos 2 (Quilombo), 4 (Riacho dos porcos) e 5 (Buenos Aires), mas, no ponto 1 (Poço Dantas), apenas o homem mais jovem nomeia o instrumento dessa forma. Conforme encontrado em Houaiss (2009), trata-se de um termo oriundo do francês antigo *chicot*, no sentido de ponta da corda do navio. Porém, em documentos mais antigos do século XVIII, há a referência a *chicotte*, do francês, com sentido de ‘trança de cabelo’, o que, analogamente, faz mais sentido.

Cipó e *relho* tiveram uma ocorrência única, cada um. O primeiro termo foi proferido pela mulher do ponto 2 (Quilombo) e, etimologicamente, é originário do tupi *isi’po*, com mesmo sentido. Já o segundo termo, de origem latina, por meio de *regula*, no sentido de “régua”, o que lembra a sincronia reta do instrumento de açoite.

³ Sigla de Questionário Semântico-Lexical do ALQUIMPE

Concernente ao *caxixi*, foi feita aos informantes a pergunta para averiguar o nome do instrumento musical feito com uma cestinha de vime fechada com caroços dentro. (QSLA 269). Foram registradas as seguintes variantes: *caxixi*, *chocalho*, *cesto*, *cocar*, *ganzá*, *lubim* ou *lubinho* e *maracá*. Pelo que se percebe, apenas *ganzá* foi mais abrangente, sendo lembrada nos pontos 2 (Quilombo), 3 (Mundo Novo) e 5 (Buenos Aires). O tempo advém do quimbundo *nganza*, ‘cabaça’, conforme encontrado em Lopes (2012, p. 124).

Chocalho foi a variante proferida apenas pelo homem da primeira faixa etária dos pontos 1 (Poço Dantas) e 5 (Buenos Aires). No ponto 4 (Riacho dos Porcos), os quilombolas parecem não conhecer o instrumento. Para não deixar a pergunta sem resposta, apenas a mulher da segunda faixa etária o nomeou de *cesto*, com etimologia proveniente do grego *kíste*, ‘cesto’, pelo latim *cista*, provavelmente motivado pela apresentação da figura durante a entrevista.

Por sua vez, a mulher mais jovem do ponto 2 (Quilombo) chamou o instrumento de *cocar*, enquanto a mulher da segunda faixa etária o denominou *maracá*. Não foi confirmada qualquer relação da primeira denominação com o item lexical solicitado como resposta para a pergunta, já que, etimologicamente, esse item veio do francês *cocarde*, ‘galo’, remetendo ao utensílio usado pelos índios como adorno para cabeça. A segunda, no entanto, traz a etimologia de origem indígena do tupi *mara'ka*, cujo cognato no português brasileiro remete ao *chocalho*.

Já sobre a resposta *lubim* ou *lubinho* a que se referiu a mulher mais jovem do ponto 1 (Poço Dantas), não há referências lexicográficas a respeito, nem a informante soube justificar a escolha. Contudo, em Lopes (2012, p. 65), há uma referência a *lombinho*, de origem banta, mas de étimo não exatamente determinado.

Não fica claro se a ideia da informante quilombola associada ao contexto do instrumento alude ao formato das protuberâncias ou à matéria-prima da espécie possivelmente na confecção.

O *xereré* ou a sua variante fonética com a vogal tônica fechada foi a motivação para a resposta à pergunta referente ao *instrumento de metal com pedra e semente que sacode* (QSLE 270), para o qual se registraram as variantes *chocalho*, *ganzá*, *maracá* e *xangozinho*. Assim, o item motivador *xereré* não foi

registrado. Destaca-se, apenas, a predominância da primeira variante – *chocalho* – nos pontos 1 (Poço Dantas) e 2 (Quilombo).

Tanto o homem quanto a mulher da segunda faixa etária do ponto 5 (Buenos Aires) chamaram o instrumento de *ganzá*, motivados, possivelmente, pela aparência. Enquanto isso, os homens da segunda faixa etária dos pontos 1 (Poço Dantas) e 3 (Mundo Novo) preferiram a obviedade e denominaram o item de *maracá*. O homem mais jovem desse ponto 3, por sua vez, usou uma construção metonímica, chamando o instrumento de *xangozinho*, remetendo à acepção do ritual em favor de *Xangô*, nome de um orixá poderoso das religiões afro-brasileiras, quando ocorrem danças munidas a sons de instrumentos típicos como os que foram vislumbrados nesse artigo.

Conclusão

Constata-se que a miscigenação e contato multiétnico por que passou o Estado de Pernambuco, inclusive com comunidades quilombolas relativamente próximas a tribos indígenas.

Com isso, registra-se um número de variedades registradas nas comunidades rurais quilombolas pernambucanas que conservam especificidades etnolinguísticas e que se localizam dentro de um *continuum* de variedades de português brasileiro registradas como português afro-brasileiro como *ganzá* e *xeréré* e o português indígena como *maracá* e *cipó* junto a contribuições latinas como *cesto* e *relho*, justificadas tanto por laços de parentesco como por autoatribuição, além de repartirem um território próximo e uma religiosidade em comum (ARRUTI, 2006).

O fato é que ainda há muito o que se pesquisar, discutir e investigar, visto que um trabalho de descrição linguística não acompanha a sua evolução cada vez mais rápida, pois umas palavras são produzidas, mas num curto espaço de tempo são esquecidas e são facilmente substituídas, tornando a heterogeneidade da língua ainda mais acentuada.

É imperativo que os povos africanos que atracaram em terras brasileiras sejam considerados não apenas como trabalhadores escravizados, mas como sujeitos partícipes da construção do português brasileiro.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ARRUTI, J. M. **Mocambo**: antropologia e história dos processos de formação. Bauru, SP: EDUSC, 2006.
- BENJAMIN, Roberto. **Cultura pernambucana**. João Pessoa: Grafset, 2011.
- CARDOSO, Suzana et al. **Atlas Linguístico do Brasil**. Volume 1 – Introdução. Londrina: EDUEL, 2014.
- CARDOSO, Suzana. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.
- DIAS, Marcelo Pires. Atlas geossociolinguístico quilombola do Nordeste do Pará (AGQUINPA). **Tese de Doutorado**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. **A dialectologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.
- GOULART, Maurício. **A escravidão africana no Brasil**: das origens à extinção do tráfico. São Paulo: Alfa-Ômega. 1975.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico da Língua Portuguesa**. Versão Monousuário 3.0 São Paulo: Objetiva, junho de 2009.
- LABOV, William. Field methods used by the project on linguistic change and variation", dins. In: BAUGH, J.; SHERZER, J. (eds.) **Language in use**: Readings in sociolinguistics, Englewood Cliffs: NJ Prentice-Halle.1984.
- LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- MARCENA, Adriano. **Dicionário escolar da diversidade cultural pernambucana**. Recife: Ideia Empreendimentos Culturais, 2011.
- MARGOTTI, Felício Wessling. Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil. **Tese de Doutorado**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

- MARGOTTI, Felício Wessling. Geolinguística pluridimensional: desafios metodológicos. **Anais do Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul**. Pelotas, Educat, 2008, p.1-9.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. **João Fernandes Vieira**. Recife: Universidade de Recife, 1953.
- MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1973.
- MILLER, Joseph C. Légal Portuguese Slaving from Angola. Some Preliminary Indications of Volume and Direction. In: **Revue française d'histoire d'outre-mer**, tome 62, nº226-227, 1er et 2e trimestres 1975. La traite des Noirs par l'Atlantique : nouvelles approches. pp. 135-176.
- PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Vocabulário pernambucano. **Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geográfico Pernambucano** - Separata do volume XXXIV. Recife: Imprensa Oficial, 1937.
- PINTO, Altair. **Dicionário da Umbanda**. São Paulo: Eco, 1971
- PIRES, Marcelo. Atlas geossociolinguístico quilombola do Nordeste do Pará (AGQUINPA). **Tese de Doutorado**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanismos no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.
- SÁ, Edmilson José de. **Atlas Linguístico quilombola do Moxotó-Ipanema Pernambucano (ALQUIMPE)**. Relatório de Pós-Doutorado, Belém - PA: Universidade Federal do Pará, 2018.
- SETTE, Hilton; ANDRADE, Manuel C. **Geografia e história de Pernambuco**. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1959.
- SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- TEIXEIRA, Francisco M.P.; CHIANCA, Rosaly Braga. **História e geografia de Pernambuco**. Projeto Identidade. São Paulo: Ática, 2012.
- THUN, Harald; ELIZAINCÍN, Adolfo. **Atlas diatópico y diastrático del Uruguay (ADDU), I, 1-2**, Kiel: Westensee-Verlag, 2000.